



O CONCEITO DE CIDADE EM PORTO ALEGRE E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS DO SÉCULO XX

Ana Helena Dreissig

RESUMO:

O conjunto de instrumentos urbanísticos legais produzidos pelas administrações municipais ao longo das décadas tem significativo papel na formação e conceituação do termo cidade, bem como o conceito de cidade vem sendo estudado com grande ênfase a partir do início do século XX. Porto Alegre sofreu uma série de transformações urbanas no decorrer do século passado, fatos que colaboraram para o desenvolvimento e a caracterização da cidade como espaço urbano. O período estudado neste trabalho refere-se às décadas de 1930 à 1960, onde grande parte das transformações ocorreram, desde o início do primeiro mandato do prefeito José Loureiro da Silva, no ano de 1937 até os primeiros anos da década de 1960, com a consolidação do Parque Moinhos de Vento como área verde pública. A influência de um lugar verde público no espaço urbano é de grande importância, sendo assim, procura-se aqui compilar informações sobre os processos urbanísticos aos quais Porto Alegre viu-se submetida nas décadas citadas, bem como entender as questões políticas que levaram o prefeito da época a concordar com a carência de áreas verdes que a cidade sofria, reivindicada pela própria população, por meio de protestos, levando à ocorrência de um processo de *desprivatização* de uma área, tornando-a patrimônio público na cidade.

Palavras-chave: transformação urbana; instrumentos legais; espaço público; conceito de cidade; planejamento urbano;



1. INTRODUÇÃO:

O conceito de cidade vem sendo estudado com grande ênfase, especialmente a partir do início do século XX, onde muitos autores caracterizam o termo dentro de diversas áreas de conhecimento – geografia, sociologia, urbanismo, entre outras - de maneiras distintas, através de diferentes pontos de vista. Para Lobato (1995) “Considera-se a cidade como espaço urbano que pode ser analisado como um conjunto de pontos, linhas e áreas. Pode ser abordado a partir da percepção que seus habitantes ou alguns de seus segmentos têm do espaço urbano e de suas partes.” Outro ponto de vista considera a cidade como forma espacial em suas conexões com estrutura social, processos e funções urbanas, enquanto ainda, o espaço urbano, como qualquer outro objeto social, pode ser abordado segundo um paradigma de consenso ou de conflito.

O conjunto de instrumentos urbanísticos legais que vão sendo produzidos pelas administrações municipais ao longo das décadas tem significativo papel na formação e conceituação do termo cidade, foco deste estudo. Com o acelerado processo de industrialização, a formação das cidades tornou-se objeto de estudo para muitos profissionais, tendo em vista a ênfase na definição dos critérios determinantes para o termo em si. O processo da formação de uma cidade ocorre intrinsecamente em cada caso, enquanto engloba uma série de acontecimentos que modificam e configuram o território em fase de expansão, transformando-o continuamente. As grandes cidades brasileiras têm históricos peculiares, entre elas, a capital do estado do Rio Grande do Sul.

O município de Porto Alegre sofreu uma série de transformações urbanas no decorrer do século passado, fatos estes que colaboraram para o desenvolvimento e a caracterização deste como espaço urbano. Grande parte destas transformações data do período que compreende o início do primeiro mandato do prefeito José Loureiro da Silva, com início no ano de 1937 até os primeiros anos da década de 1960, período abordado neste artigo. As décadas



de 1930, 1940, 1950 e 1960 compreendem um intervalo temporal de extrema importância histórica para a capital gaúcha e por esta razão, foi o recorte selecionado para esta discussão.

Nas primeiras décadas do século XX, a estrutura administrativa em que se articulavam as ações empreendidas no trato das questões da cidade de Porto Alegre, corresponde à reforma administrativa implementada pelo primeiro governo do prefeito Loureiro da Silva. (ALMEIDA, 2004). Iniciada em 1939, a modernização do modelo administrativo trouxe condições para a implementação de um grande conjunto de obras públicas, transformando a fisionomia da capital e iniciando um processo de debate, que se fez permanente, sobre a cidade e seu processo de urbanização a médio e longo prazo. Neste período, a capital gaúcha sofre uma transformação radical de seu espaço urbano, expresso em uma política de metas de curto prazo instalada ainda no primeiro mandato de Loureiro da Silva.

Este artigo tem como objetivos a compilação de informações referentes aos conceitos abordados como cidade, no recorte temporal dos anos 1930 – 1960, buscando-se entender o que era compreendido como cidade naquela época. Também objetiva-se discorrer sobre os acontecimentos que afetaram a expansão territorial da cidade de Porto Alegre dentro deste período, em especial os que envolveram a implementação do projeto do Parque Moinhos de Vento e sua consolidação como área verde pública na cidade. Entender o que se tinha como conceito de cidade em meados do séculos XX, na visão de cientistas e pensadores das mais diversas áreas, é de extrema importância para a compreensão do acordo entre a prefeitura e uma empresa privada em transformar um antigo hipódromo em um parque, e o que levou o prefeito da época a conscientizar-se por mais áreas verdes públicas.

A apropriação de áreas públicas por parte da população faz-se essencial para a compreensão das razões que levaram as grandes transformações urbanas a ocorrerem. É fato a influência de um lugar verde público no espaço urbano, contudo procura-se aqui entender as questões políticas que levaram o prefeito da época a concordar com a carência de áreas verdes que a cidade



sofria, reivindicada pela própria população, por meio de protestos, pois trará a tona fatos de extrema importância histórica para o município.

1.1 METODOLOGIA DE PESQUISA

A revisão bibliográfica deste trabalho é baseada nos conceitos de cidade formulados por diversos autores, como Friedrich Ratzel, René Maunier, Max Weber, Henri Lefebvre, entre outros e a conceituação do lugar por Lineu Castello embasam os próximos tópicos deste artigo.

A compilação das ideias destes autores ajuda-nos a elaborar o estudo de caso referente ao Parque Moinhos de Vento, que aparece neste artigo como exemplo de área verde conquistada pela população e ajuda-nos a entender a conceituação da cidade em meados do século passado.

2. A EVOLUÇÃO DAS CIDADES E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS

Desde os anos 1800, estuda-se possíveis definições sobre conceito de cidade, o geógrafo alemão Friedrich Ratzel, propôs em seu livro *Antropogeographie* (1882), que uma cidade refere-se a “um adensamento contínuo de pessoas e habitações humanas, que ocupa uma considerável área do solo e que está localizado no centro das principais linhas de tráfico”. Reflexo das condicionantes sociais, o espaço urbano, geralmente fragmentado e articulado traz a sociedade como uma de suas dimensões, a mais aparente, materializada nas formas espaciais. Em 1910, René Maunier define a cidade como uma “sociedade complexa cuja base geográfica é particularmente restrita relativamente a seu volume [...]”

“A grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais há acumulação de capital e a reprodução social tem importância básica. Estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana.” CORRÊA (1995)



Sendo assim, percebe-se que ao longo dos anos, a definição de ‘o que é uma cidade’ sofreu variações, geralmente ligadas ao contexto social e econômico e suas mudanças decorrentes de acontecimentos históricos de enorme impacto. O período posterior à Revolução Industrial modifica significativamente a configuração das cidades, bem como as posteriores influências ligadas à Escola de Chicago – com seus estudiosos focados na Sociologia Urbana – e do Movimento Modernista, instaurado em meados da primeira metade do século XX, com influência imponente no planejamento e no desenho urbano das novas cidades.

Segundo Almeida (2004) transformações urbanas são acontecimentos caracterizados pela aplicação de dispositivos urbanísticos sobre o espaço urbano em mutação. Sendo assim, instrumentos políticos produzidos pelas administrações municipais geralmente estão relacionados com as mudanças estabelecidas no território em cada período. A cidade de Porto Alegre, especificamente a partir dos anos 1930, entra em processo de modificações constantes que tangem ao caráter econômico, político e social.

2.1. REFLEXOS DO PERÍODO INDUSTRIAL

A evolução das tecnologias de construção influenciou de forma efetiva na mudança do conceito de cidade, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, com a transformação do espaço público e a *verticalização*¹. Relativo a este processo, temos como vertente a disseminação da construção em concreto armado – técnica desenvolvida na cidade de Chicago no decorrer da segunda metade do século XIX – a qual altera significativamente a configuração do ambiente urbano e o entendimento do mesmo enquanto cidade.

¹ Entende-se por verticalização o processo de construção em altura – o edifício alto, ou seja, a multiplicação do solo urbano permitida pelo avanço tecnológico da segunda metade do século XIX, pelo desenvolvimento das técnicas construtivas das estruturas de aço e de concreto armado e pelo aparecimento do elevador (ALMEIDA, 2004)



Após a Revolução Industrial, a gênese da área central - paralelamente ao desenvolvimento de novas técnicas construtivas - ganhou gradativa importância, enquanto a cidade mantém uma série de relações com entes e pessoas exteriores a ela. No Brasil, onde se vivenciava o período relativo à República Velha (1889-1930), com a entrada de ações públicas e a definição por uma infraestrutura estratégica, o grande aumento de produtos industrializados gerou a necessidade de uma malha de transportes que suprisse a crescente demanda, dando ensejo à construção das grandes ferrovias (CARGNIN, 2012). Neste âmbito, os estados da federação vinham desempenhando um papel relevante, atuando com certa autonomia em relação ao poder central, especialmente na construção das novas ferrovias e portos (CARGNIN, 2012 *apud* RÜCKERT, 2001, p.67). A partir de então se verifica um crescente fluxo de pessoas que circulavam nestas estações, levando ao início de uma aglutinação de investimentos e estabelecimentos em torno das áreas de embarque e desembarque de transportes, configurando as primeiras caracterizações de o que hoje conhecemos como o centro da cidade.

Em meio a estas transformações, no início do século XX, pensadores e estudiosos da *Escola de Chicago*² trazem à tona a preocupação com os fenômenos sociais urbanos que surgiam nesta época, levando-os a afirmar que: “A cidade é, sobretudo, um estado de espírito, um conjunto de costumes e tradições, de atitudes e sentimentos organizados, inerentes a esses costumes e que são transmitidos com essas tradições” PARK (1925). Neste momento começam a incitar-se as características da cultura intrínseca de cada população, o que em meio à maior facilidade de comunicação - proveniente das evoluções tecnológicas – as diferenciava umas das outras.

² A Escola de Chicago surge nos Estados Unidos (1910), no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, fundada por *Albion W. Small* em 1910. Tem ligação direta com a expansão urbana e demográfica que a cidade de Chicago sofria como resposta ao desenvolvimento industrial que era alvo. Os estudos desenvolvidos nesta entidade, a cerca dos novos problemas sociais emergentes, estimularam a construção de um arcabouço teórico-conceitual inédito, além da inauguração de novos métodos de investigação sociológica. A Escola de Chicago e seu grande número de pesquisas sociais à cerca dos fenômenos sociais urbanos tem como representantes da primeira geração de autores a elaborar um programa de estudos da sociologia urbana: *Albion W. Small; Robert Ezra Park; Ernest Watson Burgess; Roderick Duncan McKenzie e William Thomas*. Logo depois se destacam os seguintes autores: *Frederic Thrasher, Louis Wirth e Everett Hughes*.



No contexto político e econômico, Segundo Rückert, (2001), a participação do Estado no planejamento territorial teve notoriedade no final dos anos 1930, com o surgimento dos primeiros planos demonstrando preocupações com a infraestrutura e com as possibilidades de coordenação do processo de industrialização. Esta década vê instalada a Nova república, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e a consequente divisão da oligarquia gaúcha (ALMEIDA, 2004). Max Weber havia definido, entre 1910 e 1913, a cidade como “Comunidade urbana”, que deveria ter um caráter industrial e comercial predominante, e apresentar as seguintes características: fortificações; um mercado; um tribunal próprio; formas de associação correspondentes e autonomia pelo menos parcial, o que seria um fenômeno específico do Ocidente, não sendo encontrado nem na Antiguidade, nem nas cidades orientais.

As ações do Estado desenvolvimentista no Rio Grande do Sul caracterizaram-se, entre 1930 e 1964, pela prioridade da infraestrutura estratégica, com a ocorrência de transformações territoriais em função da construção de rodovias nacionais e da nacionalização da infraestrutura portuária (Cargnin, 2012). No ano de 1937, José Loureiro da Silva assume a administração da cidade de Porto Alegre, dando início a uma série de transformações urbanas que levaram o município a um mais acelerado ritmo de expansão. Ainda segundo Cargnin (2012), com a União investindo diretamente na infraestrutura econômica e o capital privado sendo injetado diretamente na industrialização, as instituições públicas deveriam atuar de maneira coordenada, sob orientação do Governo Federal em articulação com os estados, o que impulsionou a elaboração dos novos *Planos de Desenvolvimento Regional*³, incentivados na primeira gestão de José Loureiro da Silva.

³ Planos de Desenvolvimento Regional são instrumentos de política diretamente relacionados ao Governo do Estado voltado para o desenvolvimento das regiões, através do planejamento espacial, que servirá de base para a elaboração dos planos de governo estadual e municipais.



2.2. A CARTA DE ATENAS E A INFLUÊNCIA MODERNISTA

Durante os anos 1930, entra em voga a importância de um conceito de Urbanismo Moderno, tomando mais ênfase nesta época, ofuscando sutilmente a definição do termo cidade. A preocupação em estabelecer metas, traçando diretrizes e fórmulas - que segundo os seus autores, seriam aplicáveis internacionalmente - ganha espaço e torna-se protagonista na imposição de um modelo de cidade. A *Carta de Atenas*⁴, regida por *Le Corbusier*⁵ no ano de 1933, considerava a [cidade](#) como um organismo a ser concebido de modo funcional, na qual as necessidades do homem devem estar claramente colocadas e resolvidas. A inédita e então crescente preocupação em satisfazer ao usuário, preconiza a separação das áreas residenciais, de lazer e de trabalho, propondo - em lugar do caráter denso e compacto das cidades tradicionais da época - um novo padrão do que se poderia definir como cidade, na qual os edifícios se desenvolvem em altura e as áreas verdes, por esse motivo, tornam-se pouco densas.

Em meados da década de 1940, sob influência dos efeitos da *Carta de Atenas*, segundo Baldissera (2012), as bases do movimento modernista definiram cidades onde o fundamento básico se constituiu na rígida subordinação das partes ao todo, onde nenhum setor poderia ser suprimido. Os edifícios altos, espaçados entre si e soltos em áreas públicas fartamente arborizadas e com a intenção de máxima utilização coletiva, rompem com os princípios urbanísticos tradicionais e, conseqüentemente, com a morfologia urbana até então existente. Aliada à homogeneização das funções, ocorre alteração nas estruturas viárias que, com a eliminação da rua-corredor, proporciona liberdade de circulação veicular nas áreas centrais das cidades, pela criação de grandes avenidas com suas perspectivas sem fim. A

⁴A Carta de Atenas é um manifesto [urbanístico](#) resultante do IV [Congresso Internacional de Arquitetura Moderna](#) (CIAM), realizado em [Atenas](#) em [1933](#). O evento, que teve como tema a "cidade funcional", discutiu aspectos da arquitetura contemporânea. Foi dominado pela visão dos franceses e de [Le Corbusier](#) em particular, onde, o tópico sobre patrimônio histórico foi introduzido por solicitações dos delegados italianos.

⁵Le Corbusier é o pseudônimo do Arquiteto Charles-Edouard Jeanneret-Gris, também [urbanista](#), [escultor](#) e [pintor](#) de origem suíça e naturalizado francês em 1930. É considerado, juntamente com [Frank Lloyd Wright](#), [Alvar Aalto](#), [Mies van der Rohe](#) e [Oscar Niemeyer](#), um dos mais importantes arquitetos do [século XX](#). Conhecido por ter sido o criador da [Unité d'Habitation](#), conceito sobre o qual começou a trabalhar na [década de 1920](#).



transformação da via operada pelo movimento moderno se traduz na criação de vias expressas onde o pedestre é substituído pelo automóvel, tornando o sistema de espaços públicos outrora oferecidos pela cidade tradicional, um grande palco para a velocidade.

Esse novo padrão urbano determina o fim da possibilidade de haver encontros casuais que ocorreriam pelo favorecimento dos distintos usos que delimitavam o público do privado. A retirada do uso efetivo do pavimento térreo em favor dos grandes espaços abertos para o bom circular traz consigo a configuração do vazio, não somente no sentido da utilização efetiva para a realização de atividades laborais, mas também no sentido do isolamento em relação ao espaço exterior. Os grandes pátios se interpõem entre o privado e o público como uma barreira simbólica para o exterior, retirando da praça pública sua natureza essencial: a diversidade, a mescla de pessoas, os usos simultâneos que a fazem atrativa, podendo ser apropriada.

Com as novas formas de projeto, exaltando a monumentalidade das vias e a conseqüente exclusão do homem no efetivo uso do espaço público, as praças e parques sofrem alterações profundas nos usos outrora vigentes. Define Queiroga (2006) que suas relações com o entorno edificado e com a rede viária são enfraquecidas em favor do bom circular, da destinação de espaços aos veículos. Estas transformações geram posteriores efeitos colaterais, levando a população a sofrer as conseqüências da da agora então escassez de áreas verdes e de efetivo contato com o meio ambiente natural.

2.3. PERÍODO PÓS-GUERRA E A BUSCA PELO AVANÇO

Ao decorrer dos anos 1950, sob os efeitos do *Plano de Metas*⁶, estabelecido por Juscelino Kubitschek, a forte indução à industrialização, compartilhando papéis entre Estado e capital privado nacional e internacional, tinham como objetivo criar condições para que, na década de 60, a estrutura

⁶ O Plano de Metas foi um importante programa de [industrialização](#) e [modernização](#) levado a cabo na presidência de [Juscelino Kubitschek](#), na forma de um "ambicioso conjunto de objetivos setoriais", que "daria continuidade ao processo de substituição de importações que se vinha desenrolando nos dois decênios anteriores".



industrial estivesse bem diversificada (FIORI, 1995), assim a criação do BNDE, visava planejar e financiar projetos de desenvolvimento para o país, afetando diretamente a malha urbana das capitais estaduais (BAER, 2002). Entre 1950 e 1964, foram construídas as redes de infraestrutura de energia elétrica e telecomunicações, que atenderiam à industrialização então em processo (RÜCKERT, 2001).

Na segunda metade do século XX, quando o processo de centralização já não mais desempenha o papel relevante que desempenhou no passado, pelos seguintes aspectos: trata-se da área da cidade de uso mais intensivo, com maior concentração de atividades econômicas; Ampla escala vertical: a presença de edifícios de escritórios, juntos uns aos outros, viabiliza as ligações interpessoais vinculadas ao negócio; Concentração diurna, durante as horas de trabalho, da população, sobretudo de pedestres. Por não constituir área residencial, apresenta-se deserta a noite. Focos de transporte intraurbanos: é o ponto de convergência do tráfego urbano e, em muitos casos, o ponto de baldeação para os bairros situados ao longo de diferentes direções; Área de decisões: no núcleo central localizam-se as sedes ou escritórios regionais das principais empresas que atuam na cidade e em sua região de influência. O Estado tem aí muitas de suas instituições. É assim o ponto focal da gestão do território. (LOBATO, 1995)

Resultante desta gradativa industrialização, a malha urbana das grandes cidades - como Porto Alegre - sofreu os efeitos de um crescimento acelerado na construção e na então desenfreada expansão territorial. Alguns autores entendem que se vivia nos anos Pós-Guerra (1945-1964) uma “fase de mudança do padrão de desenvolvimento” (CARVALHO, 1994). Nesta Fase, considerada por Faria & Schvarsberg (2003) como Nacional-Desenvolvimentista, prevaleceu o entendimento de que o Estado deveria intervir na economia e que o investimento público era necessário para ampliar a demanda nos períodos de desaquecimento econômico e, assim então garantir o equilíbrio do sistema capitalista. Na visão dos autores desenvolvimentistas, o processo de crescimento econômico ocorre espacialmente de maneira desigual e desequilibrada, acarretando



concentração de população e riqueza em determinadas regiões, acentuando diferenças econômicas e sociais.

No caso da cidade de Porto Alegre, a região leste corresponde justamente à parcela do território que se entende, até os dias de hoje, como a “área mais elitizada da cidade”, divergente das demais regiões que corresponde o território Porto-Alegrense. Com a desvalorização de áreas verdes proveniente da ostentação modernista - que acompanhava o acelerado processo de crescimento da indústria – e havia se desencadeado entre as décadas de 1930 a 1960, a população desta região, começa a despertar, aos finais dos anos 1950, para a necessidade de áreas de lazer e uso público acessíveis na sua região. A falta de um local de convívio social, ou mesmo da presença significativa de vegetação no bairro chegou à extremos, levando ao clamor de uma parcela significativa da população de Porto Alegre – na época correspondente à cerca de 2000.000 habitantes, por uma área verde pública na região do bairro Moinhos de Vento, de onde estava saindo nesta época o endividado Jockey Club de Porto Alegre.

3. PARQUE MOINHOS DE VENTO: UMA TRANSFORMAÇÃO URBANA

3.1. O CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO NA TRANSFORMAÇÃO

Em meio aos conflitos políticos e econômicos que o Brasil enfrentava após o final do período em que constou Getúlio Vargas no poder nacional, Porto Alegre sofria os efeitos das, ainda que suaves, influências do processo de modernização – na época, crescendo exponencialmente, concretizava o território com abertura de grandes vias e a construção de edifícios gradativamente mais altos a cada ano que passava. A população das regiões mais tradicionais da cidade vinha então sentido a efetiva falta de áreas verdes e abertas para seu lazer quando, cansados de estarem dentro de clubes privados, conscientizavam-se cada vez mais da crescente destruição do meio ambiente e do lamentável abandono do verde nas cidades.



No bojo de uma nova reforma administrativa, José Loureiro da Silva volta a ser prefeito da cidade Porto Alegre, agora eleito por meio do voto direto, no ano de 1961. Segundo Almeida (2004) aprova então a lei 2.330, que promove a revisão do plano diretor que havia sido instaurado em 1959, o qual se limitava a planejar a cidade somente na área que abrangia a Terceira Perimetral. Essa legislação é um marco de referência desta nova fase que se estabelecia no planejamento da cidade.

Com a revisão do plano diretor, percebe-se a então carência de espaços públicos verdes de uso coletivo, provavelmente resultados das tendências modernistas que Porto Alegre teria absorvido, onde se valorizava primeiramente o crescimento vertical e o privilégio do automóvel, esquecendo-se das áreas de lazer. O prefeito Loureiro da Silva exerceu importantíssimo papel no tocante à criação, projeto e implementação do Parque Moinhos de Vento que, reivindicado pela população aos finais da década de 1950, teve sua instalação na gleba então remanescente da saída do Jockey Club Porto Alegre.

Em meio a busca pela conceituação do termo cidade, desperta-se a importância do conceito de lugar, tendo este grande relevância no estudo da transformação urbana em questão: o surgimento de um parque dentro do perímetro urbano de Porto Alegre. O parque Moinhos de Vento tem como características principais, os aspectos citados por Lineu Castello em sua obra *A Percepção do Lugar*, onde afirma que:

Lugares são espaços urbanos cuidadosamente localizados, qualificados e definidos, destinados basicamente ao desempenho de funções de cunho social, ou seja, espaços nos quais as pessoas irão se encontrar, realizar seus contatos sociais, e poderão sociabilizar comunitariamente ao exercer seus relacionamentos interpessoais. (CASTELLO, 2007)

Embora tenha sido criado em uma área que tomara inicialmente outro destino após sua desocupação – o precoce loteamento dos terrenos remanescentes, por conta da descontrolada especulação imobiliária - e de não possuir condições geográficas de um parque natural, o Parque Moinhos de Vento teve de ser artificialmente instalado. Almeida (2004) disserta que a



introdução de novos processos de controle para a organização do espaço urbano marcava o período, bem como a construção de novos instrumentos urbanísticos referentes aos limites, e especialmente à excessiva verticalização e ainda à inédita introdução do *zoneamento*⁷ como instrumento principal de controle do espaço urbano.

A forçada saída do Jockey Club da área correspondente ao atual parque, bem como as razões que levaram à tomada da decisão pela instalação de um equipamento urbano público neste local, configuram fatos referentes a uma das mais significativas transformações urbanas com participação da população na história do Município de Porto Alegre. São estes, fatos referentes ao surgimento de um dos espaços verdes de maior importância atualmente nesta cidade. Sendo assim, a importância da criação de um parque neste local - mesmo sem a aparente necessidade de um espaço verde para uma população considerada rica, que não precisaria e provavelmente não questionaria a importância de espaços públicos para uso coletivo, pois estaria mais ligada a clubes e estabelecimentos particulares de maior requinte – e os motivos os quais levaram a população a clamar frente ao poder público, pelo estabelecimento de uma área verde aberta neste local.

Embora na época houvesse a revolta de uma população significativa, atualmente os efeitos sociais que o parque traz para a cidade são extremamente importantes para a maior parte de sua população atual – muito maior do que a da época da criação do parque. Sendo assim a importância social que este parque tem hoje, torna-o palco para muito mais espectadores e maior diversidade de níveis de poder aquisitivo entre estes, que poderia haver em meados do século passado.

A relação entre as pessoas e o espaço, além da evidente correspondência física que forçosamente entre eles se estabelece, tem um forte componente psicológico. As pessoas se sentem melhor em certos espaços. Ou, em outras palavras, certos espaços se

⁷ Zoneamento é um tradicional [instrumento](#) do [planejamento urbano](#), profundamente difundido durante o [século XX](#), caracterizado pela aplicação de um sistema legislativo (normalmente em nível municipal) que procura regular o [uso e ocupação do solo urbano](#) por parte dos agentes de produção do [espaço urbano](#), tais como as [construtoras](#), incorporadoras, proprietários de imóveis e o próprio [Estado](#).



distinguem dentro do Espaço maior onde se situam as pessoas, e ao se distinguirem, se toram percebidos de maneira diferente (CASTELLO, 2007).

3.2. O PROCESSO DE CONSOLIDÇÃO DO PARQUE

O Parque Moinhos de Vento apresenta um processo evolutivo tão importante quanto sua recente consolidação e intensa apropriação pela população geral da cidade. Na década de 1960, o tecido urbano desta região encontrava-se parcialmente estruturado, contando com uma com malha viária principal contínua, e articulada a seu entorno, pequenas praças de bairro que, apesar de estrategicamente localizadas, quarteirões definidos e lotes densamente ocupados por residências familiares e estabelecimentos comerciais, não se mostravam suficientes como áreas verdes para atender à população ali instalada.

O crescimento do bairro foi impulsionado no final do século XIX, com a abertura do *Prado Independência*⁸ em 1894. O turfe em Porto Alegre teve sua origem no ano de 1856, com a importação inglesa do cavalo Avon. Juntamente com o desenvolvimento da cidade, o interesse pelas corridas aumentava. Desde antes do primeiro hipódromo haviam disputas. Porto Alegre teve seu primeiro hipódromo fundado pelo médico Ramiro Fortes Barcelos, em 1877 com o nome de “Porto-Alegrense”.

O Prado Independência teve importantíssima contribuição para o desenvolvimento do bairro e para a consolidação do atual traçado do bairro Moinhos de Vento uma vez que se localizava em terrenos do atual Parcão. O prado era bem centralizado e de fácil acesso, com espaços luxuosos e modernizados que aos poucos eliminavam a concorrência. Por esses fatores, em pouco tempo tornou-se o grande prado de Porto Alegre. O seu pavilhão, com espaçosas arquibancadas, pode dar acomodações para milhares de

⁸ Primeiro nome dado ao posterior Prado Riograndense, onde em 1909, que disputou-se o primeiro [Grande Prêmio Bento Gonçalves](#), organizado pelo Cel. [Caminha](#), e com auxílio do governo do Estado, então exercido por [Carlos Barbosa](#). Competiram animais locais e estrangeiros, sendo vencido pelo uruguaio Aguapehy. Já no ano seguinte o prado desta sociedade passou ao Moinhos de Vento, onde foi disputado o segundo Bento.



peças. Daí, bem como de qualquer lugar dentro do recinto do Prado se pode apreciar perfeitamente as corridas. Conforme o crescimento da cidade, o Turfe deixou de estar inserido em local adequado. A Saúde Pública impugnava a presença de coqueiras em meio a bairros residenciais cada vez mais populosos, forçando a transferência de um setor menos urbanizado na cidade.

Endividados e inadimplentes com as taxas e impostos do governo, ou ainda por razões sanitárias, bem como para seu desenvolvimento, tomou-se a decisão da mudança do Jockey Club para o bairro Cristal, na zona sul da cidade, enquanto a transferência da sede do *Grêmio Football Porto-Alegrense*⁹, por necessidade de expansão, para o bairro Azenha. Estas mudanças, tornaram livre uma área que na época tinha como característica um terreno alagadiço, porém extremamente bem localizado e extenso, oportunizando a ideia, por parte da população local, de uma área verde pública para a cidade, altamente carecida naquela época.

A consolidação do tecido urbano na região do bairro Moinhos de Vento ocasionou uma complexa implantação de equipamentos urbanos, evidenciando a necessidade da provisão de áreas públicas para a população, atentando para a potencialidade da área, que então encontrava-se desocupada. Em 21 de maio de 1962, a Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou o projeto de lei, que proibia o loteamento da área, com a exposição de motivos emitida pelo jornalista Say Marques:

Para loteamento privado, para a construção de mais 100, 200 ou 300 moradias não faltam áreas maravilhosas em todo o perímetro urbano; mas para um parque, um jardim, um Prado destinado a higienização de uma população superior a 200.000 almas, faltam isso sim e dramaticamente, os espaços disponíveis. A cidade com as negligências do passado, não disporá mais de outra oportunidade, se permitir-lhe fuja essa, de reter, para o fim proposto, o antigo Prado dos Moinhos de Vento (Say Marques, Exposição de Motivos, 21/05/1962).

No ano de 1960, Porto Alegre possuía, em toda sua área construída, apenas o Parque Farroupilha e, mesmo este já havia sido submetido a

⁹ Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense (conhecido apenas por Grêmio e cujo acrônimo é FBPA) é um clube de futebol brasileiro da cidade de [Porto Alegre](#), no [Rio Grande do Sul](#), fundado em [15 de setembro](#) de [1903](#).



administrações falhas que o reduziram consideravelmente. Sua difícil acessibilidade por moradores de bairros mais distantes tornava-o não suficiente para o suprimento da população geral como área verde de interação social e lazer, pois era considerado situado em “ponto assimétrico em relação ao desenvolvimento urbano” pela população.

Como já exposto, o Parque Moinhos de Vento não é um parque de origem natural, assim como outros, foi projetado e inserido artificialmente, em uma área que não possuía as características ideais de solo ou vegetação, implicando na necessidade de procedimentos externos para sua consolidação como parque. A exemplo de acontecimentos anteriores em maiores proporções, a capital gaúcha caminhava para a urbanização de seu território, acompanhando o processo de desindustrialização que ocorria a nível mundial, o qual, segundo Neil Smith, levava significativa parte de sua população de classe média e alta ao trabalho em equipamentos de serviço nas áreas centrais das cidades, ocasionando a gentrificação. Ainda que em menor escala, o projeto do parque moinhos de vento, veio a ser ocasionado por razões semelhantes às que tornaram necessária a revitalização do Central Park, equipamento artificial fundado cerca de um século antes, porém abandonado por questões culturais de uma população de rendas baixas que o cercava antes da gentrificação. Localizado na área norte de Manhattan, New York, este parque foi revitalizado para atender aos pedidos, com expressão de revolta, das populações de renda mais alta que ali se instalavam em grandes proporções, forçando a saída de seus ocupantes anteriores. (Rui Correia: A História de Nova York, 2013).

No território rio-grandense, a criação do Parque Moinhos de Vento é considerada fato excepcional, visto que foi conquistado pela população por meio de protesto, causado por imensa indignação, e por sua vez, o clamor de 200.000 habitantes que não se conformavam em ver desaparecer, “absorvido por loteamento especulativo, a única área restante que lhes possibilitará a conquista de um espaço verde que lhes foi negado na construção maciça desta vasta zona urbana.” (Say Marques, 21 de maio de 1962). Habitantes dos



bairros vizinhos também expuseram suas causas em defesa da manutenção da área e seu interesse em torná-la um espaço verde público, quando o então prefeito José Loureiro da Silva, que já considerava a falta de áreas verdes abertas um “esterilizador da vida humana”, assumiu a causa e viabilizou a consolidação da área como espaço público para a cidade. No dia 10 de setembro de 1962 é aprovada a lei nº 2419 que “declara de utilidade pública a gleba do antigo prado dos Moinhos de Vento, para ser desapropriada e convertida em jardim público”. Após dez anos de negociação referente a pagamentos entre o Jockey Club e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e conforme Lei nº 3.703, assinada pelo prefeito Telmo Thompson Flores (1969-1975) em 9 de novembro de 1972, é denominado Parque Moinhos de Vento um logradouro Público.

Mesmo após sua consolidação como espaço verde público, o parque não parou de receber melhorias. A elevada que liga as duas partes do parque foi denominada CORPA em 1988. Passou a fazer parte da paisagem do parque o Memorial da Paz, sendo sua construção autorizada em 2002. No ano de 2003 vários parques da cidade receberam marcações de metragem, dentre eles o Parque Moinhos de Vento, estimulando assim a prática de esportes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Neste trabalho se buscou entender a influência dos grandes movimentos de cunho urbanístico e arquitetônico sobre o conceito que se tinha de cidade entre as décadas de 1930-1960, enfatizando a transformação urbana ocorrida na área do bairro Moinhos de Vento sobre a legalização, consolidação e estruturação da área que hoje corresponde ao atual Parque Moinhos de Vento. O clamor de uma população de 200.000 habitantes durante o governo de Loureiro da Silva, ao que se entende, provavelmente corresponde àqueles aos efeitos causados pela então descontrolada busca pelo crescimento urbana, bem como aos efeitos da influência de cunho modernista, que desvalorizava a



existência de áreas verdes nas cidades. Além dos costumes culturais, esta população, por ter maior poder aquisitivo, ganha mais força e voz ativa perante o governo da época, tornando mais viável que se realize a sua vontade.

É aceitável que, o conceito sobre a definição de cidade tenha se modificado algumas no período das décadas selecionadas em função dos efeitos que causaram obsessiva busca por expansão e exploração territorial nas grandes cidades, atingindo Porto Alegre de forma significativa, especialmente sob a administração de Loureiro da Silva. A frieza do movimento modernista traz consigo o efeito do vazio urbano, com largas avenidas, cria a rua-corredor, esvaziando a cidade, e priorizando o uso do automóvel, deixando de lado a desejada recreação.

A consolidação do Parque Moinhos de Vento ocorreu à custa do protesto de uma sociedade que se conscientizara do desprezo que o meio ambiente sofria em épocas de industrialização desenfreada. É notável a participação significativa do administrador José Loureiro da Silva, viabilizando a rápida conquista da população pelo desejado parque público para seu lazer de uso coletivo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, M. S. de; Transformações Urbanas: Atos, Normas, Decretos, Leis na Administração da Cidade – Porto Alegre 1937/1961, USP, 2004, Tese de Doutorado

BISSÓN, Carlos (2008). Moinhos de Vento: Histórias de um Bairro de Elite de Porto Alegre

CASTELLO, Lineu: A Percepção de Lugar – Repensando o conceito de lugar em Arquitetura-Urbanismo, 2007 PROPAR – UFRGS

CORREA, R.L.,O Espaço Urbano - Editora Ática, Série Princípios, 3a. edição, n. 174, 1995. p.1-16

CORREIA, Rui: A História de Nova York, 2013: <http://visitarnovayork.com/historia-de-central-park/>

FARIA, R; SCHVARBERG, B. – Políticas Urbanas e Regionais no Brasil - 1ª Edição Brasília Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / FAU-unb 2011



LAYTANO, Dante de, in: Moinhos de Vento, Os 10 anos de um parque na história de Porto Alegre, 1982 **MACEDO**, S. S & **SAKATA F.G.** Parques Urbanos no Brasil. São Paulo. Edusp. 2003

MAUNIER, René; *Introduction à la sociologie*, [Revue néo-scolastique de philosophie](#), vol. 31, nº 23, 1929, p. 385-387

MAUNIER, René; Source for American Journal of Sociology, Vol. 15, No. 4 (Jan., 1910), pp.536-548 Published by: The University of Chicago Press

MARX, Karl. (1887) 1967. O Capital: A Critique of Political Economy, vol. 1. New York, NY International Publishers, pp. 71-76, 146-154.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, Moinhos de Vento os 10 anos de um parque na história de Porto Alegre, 1982.

PROCEMPA, HISTÓRIA DOS BAIROS DE PORTO ALEGRE - Centro de Pesquisa Histórica vinculada a Coordenação de Memória Cultural da Secretaria Municipal de Cultura.

RATZEL, Friedrich Anthropogeographie; [1909-1912](#) Topics [Human geography](#) Publisher [Stuttgart, J. Engelhorn](#), [Toronto](#), Canada, v. 1, p. [382]-386

SMITH, Neil. e **WILLIAMS**, Phillip; (1986). "Alternatives to orthodoxy: invitation to a debate".

SMITH, Neil. e **WILLIAMS**, Phillip; (orgs.). Gentrification of the city. Londres, Allen e Unwin.

WERNER, [Gilberto Domingues \(2014\)](#). Moinhos de Vento Memória e Reconhecimento (2014)

Revista História Ilustrada do Grêmio, número 2, Edição Especial, 1910/1918

ZANCHETI, S. M. (2000) Conservação integrada e novas estratégias de gestão. 4º Encontro do SIRCHAL, Salvador.